

O RESGATE DA DISCUSSÃO SOBRE O “CONGELAMENTO DO PODER MUNDIAL” NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2014)

The rescue of the discussion about the
“freezing of world power” during
Lula and Dilma’s administrations (2003-2013)

Ismara Izepe de Souza¹

Introdução

Elevar a estatura internacional do Brasil constituiu-se em um dos objetivos centrais da política externa dos últimos anos, levando a diplomacia brasileira a afirmar a capacidade do país de projetar-se como um ator capaz de influir nas transformações que o sistema internacional requer. A atitude de denúncia das assimetrias de poder junto aos fóruns multilaterais foi uma marca dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2014). A referência à necessidade de descongelamento de poder nas estruturas do sistema internacional se fez presente no discurso dessas lideranças que realizaram, por diversas vezes, alusão à ideia de “congelamento do poder mundial”, articulada e defendida pelo diplomata brasileiro Araújo Castro, no início da década de 1970.

Diante disso, o objetivo deste artigo é estabelecer conexões entre os discursos das lideranças políticas brasileiras contemporâneas responsáveis pela condução da política externa, e do diplomata Araújo Castro, no tocante à necessidade de alterações no sistema internacional. No início da década de 1970, Araújo Castro proferiu um discurso acerca do “Congelamento do Poder Mundial” que é, com frequência, lembrado por aqueles que atualmente enfatizam o direito dos países em desenvolvimento opinarem na configuração de novas estruturas de poder internacional.

¹ Professora adjunta A1 do curso de Relações Internacionais da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo). Doutora e Mestre em História pela Universidade de São Paulo. Email: ismaraisouza@gmail.com

Pretende-se elucidar como a diplomacia, nos últimos anos, resgatou esse conceito com o intuito de respaldar uma ação mais ativa do Brasil no cenário internacional. Isso enseja uma reflexão sobre quais os pontos de convergência e divergência na elaboração da política externa no início da década de 1970 e nos últimos anos, períodos tão distintos no que se refere ao contexto político brasileiro. A fim de cumprir esse propósito, optamos por dividir o artigo em três partes. Na primeira parte, faremos uma exposição da tese de Araújo Castro sobre o congelamento do poder mundial, evidenciando a sua relação com as opções de política externa dos governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979). Na segunda parte, abordaremos as principais linhas de atuação externa dos governos Lula e Dilma, especialmente no que tange à proposta de uma política mais ativa e ativa nos fóruns multilaterais. As diferenças de contexto internacional e doméstico, assim como as diferenças de concepções do que é, ou pode vir a ser, o (des) congelamento do poder mundial na fala de Araújo Castro e das lideranças políticas contemporâneas, são analisadas na terceira parte do artigo. Nesta última parte também pontuamos alguns argumentos utilizados pelas lideranças responsáveis pela política externa para defender um papel mais assertivo do Brasil nas instâncias de poder internacional.

Araújo Castro e o congelamento do poder mundial

Ao longo de sua carreira diplomática, Araújo Castro mostrou-se engajado na defesa de parâmetros propositivos para a política externa brasileira. Como um dos formuladores da Política Externa Independente (1961-1964), norteou suas atitudes em busca de uma inserção internacional que garantisse certa margem de autonomia ao Brasil. Ministro das Relações Exteriores na última fase do governo de João Goulart (julho de 1963 a março de 1964) demonstrou a sua preocupação com o desenvolvimento econômico e com a necessidade de persegui-lo através das ações no âmbito externo. Em setembro de 1963, na abertura da 18ª Assembleia Geral da ONU, Castro proferiu um discurso paradigmático que ficou conhecido como o dos 3ds, uma vez que evocou a necessidade da comunidade internacional defender a descolonização, o desarmamento e o desenvolvimento (CASTRO, 1963 *apud* FUNAG, 2007). Sua fala incidia sobre a

retirada da bipolaridade como parâmetro das discussões naquele fórum, e sobre os esforços que deveriam ser realizados na referida tríade. Segundo o chanceler brasileiro, havia afinidades e reivindicações comuns às nações subdesenvolvidas que se sobrepujam a uma visão ideológica do mundo e aos interesses das grandes potências. Celso Amorim, em 1993, como chanceler do breve governo de Itamar Franco, realizou em seu discurso no mesmo fórum, menção aos 3ds mencionados por Araújo Castro. Na ocasião, Amorim afirmou que a agenda internacional deveria se voltar novamente aos 3 ds e uma vez superado o colonialismo, a descolonização poderia ser substituída pela premência da democracia nas relações internacionais (AMORIM, 1993 *apud* FUNAG, 2007).

Por não ter se envolvido diretamente nas disputas políticas internas nos meses que antecederam ao golpe militar, Araújo Castro teve a oportunidade de ascender na carreira, sendo nomeado, em 1968, embaixador do Brasil nos EUA. Sua aderência ao Itamaraty e sua visão do poder mundial, acabaram dando suporte a algumas estratégias de inserção internacional efetivadas durante o regime militar, especialmente pelo Governo Geisel.

Em 1971, num célebre discurso realizado em Washington para os estagiários do Curso Superior de Guerra, Araújo Castro expôs suas considerações acerca das assimetrias do poder mundial. Essa fala tem sido lembrada pela diplomacia brasileira como representativa do desejo de estabelecer uma projeção internacional de alcance global. Ao defender o descongelamento do poder mundial, Castro criticou as rígidas estruturas de poder militar, assim como àquelas relacionadas ao âmbito econômico, científico e tecnológico. Incidiu sobre duas pautas que, segundo ele, evidenciariam o imobilismo do quadro político-estratégico mundial: o Tratado de Não Proliferação Nuclear- TNP - assinado em 1967, e a Carta de São Francisco, que institucionalizava, através do número restrito de países com direito ao veto no Conselho de Segurança, a desigualdade entre os países.

Castro criticava o TNP por interpretá-lo como um complemento da Carta de S. Francisco no processo de congelamento do poder mundial, na medida em que estabelecia duas diferentes categorias de nações: países fortes, considerados “adultos e

responsáveis” e países fracos. A afirmação contundente era a de que o referido tratado institucionalizava a desigualdade entre as nações, tornando os fortes cada vez mais fortes e desarmando os países já desarmados. Também alertava para a hipocrisia da filosofia geral de que *“as armas são perigosíssimas nas mãos dos pequenos, não na mão dos países fortes, adultos e responsáveis.”* Lembrava ainda a sugestão da delegação brasileira na ONU de reservar ao programa de desenvolvimento das Nações Unidas pelo menos 1% do valor que o mundo consumia em armas (CASTRO, 1971, apud GARCIA, 2008, p. 566).

O discurso de Araújo Castro evidencia que o país continuou a ver nos fóruns multilaterais o palco ideal para atacar as assimetrias e injustiças do sistema internacional, ainda que falasse somente em seu nome. A tese sobre o congelamento do poder mundial foi elaborada num momento de grande afirmação do projeto desenvolvimentista, que se configurou a partir de parâmetros de uma “modernização conservadora”. O regime militar caracterizou-se por um modelo político autoritário e um projeto social conservador, que cerceou o direito das massas de participar do processo decisório. É um período marcado pelo crescimento econômico, mas também pelo aumento das desigualdades sociais, não havendo, por parte dos dirigentes do país, a preocupação com a justiça social.

No que tange à política externa, não se pode enquadrá-la, nos vinte e um anos de ditadura, dentro de uma única diretriz. Há consenso nas análises dos estudiosos de que o governo Castelo Branco (1964-1967), constituiu-se um hiato no projeto nacional-desenvolvimentista, um “passo fora da cadência”, nas palavras de Amado Cervo (2010: 368). Entre 1964 e 1967 foram desmantelados os princípios que regiam a Política Externa Independente (PEI). No entanto, a partir do governo de Costa e Silva, guardadas as especificidades do contexto interno, os militares resgataram muitos dos princípios da PEI, especialmente no que tange à busca por uma inserção mais autônoma e global. Embora nitidamente adeptos do anticomunismo e formalmente pró-americanos, os militares mantiveram a noção de projeto nacional de desenvolvimento (VISENTINI, 2013). No entanto, caberia observar que a PEI trazia estreita conexão com

os desafios internos de superação de desigualdades, conexão essa que os militares não realizaram (VIZENTINI, 1998).

A fala de Araújo Castro encontra afinidades especialmente com as linhas definidas pela política externa do Presidente Ernesto Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, embora tenha sido proferida ainda no Governo Médici. A crítica de Araujo Castro à obstrução do desenvolvimento dos países periféricos encontrou pontos de contato com as ideias de construção de uma potência média industrializada, e de universalização da política externa do país, temas centrais do Pragmatismo Responsável.

A política externa “ativa” e “ativa” dos últimos dez anos

A partir de 2003, o governo promoveu ajustes e alterações nas estratégias de inserção internacional, acirrando a discussão dos especialistas e da sociedade em torno do binômio mudança X continuidade. Se não houve rompimento com os paradigmas históricos de política externa, houve certamente mudança na ênfase a certas opções abertas à nossa atuação (CEPALUNI; VIGEVANNI, 2007). Um aspecto nitidamente de transformação, em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, se deu na defesa enfática da necessidade de mudanças nas estruturas de poder de organismos como a ONU e a OMC. Com Celso Amorim à frente do Itamaraty, a diplomacia brasileira encaminhou sua ação para a adesão às coalizões de “geometria variável”, como IBAS, e G-20. No governo de Dilma Roussef, os parâmetros de inserção internacional do governo Lula foram mantidos, a despeito das diferenças de perfil político entre os dois dirigentes. A Presidenta, que não tem a mesma força política individual que seu antecessor, imprimiu um caráter mais técnico às suas decisões, embora seus parâmetros de inserção internacional permaneçam inalterados. Perseguindo os mesmos objetivos, sua política externa apresentou menos ativismo e maiores limitações externas (CORNETET, 2014).

Os rumos seguidos pela política externa nos últimos doze anos são avaliados positivamente por grande parte da academia brasileira. Amado Cervo, por exemplo, ao identificar paradigmas para a política externa brasileira ao longo do século XX,

enquadra o governo Lula num “Estado logístico” (CERVO, 2011). Este autor identifica na gestão do PT um abandono do “Estado Normal” que teria caracterizado a política externa neoliberal da década de 1990. Estabelece também diferenças entre o paradigma nacional-desenvolvimentista que vigorou até a Nova República e o de Estado Logístico, mas demonstra que somente a partir de 2003 a diplomacia retomou a defesa de um projeto de inserção internacional atrelado ao desenvolvimento autônomo nacional. A despeito das diferenças de contexto interno, o governo Lula teria resgatado na política externa um projeto nacional-desenvolvimentista que foi ensaiado pela Política Externa Independente, e chegou ao seu auge no Pragmatismo Responsável de Geisel. Vale observar que as similaridades entre o governo Lula e o governo militar de Geisel na atuação internacional foram analisadas por CARDOZO E MIYAMOTO, que ressaltaram que os dois governos favoreceram a aproximação com países em desenvolvimento e deram ênfase à diversificação de parcerias (2012).

Nos últimos anos tem-se observado uma maior relação entre sociedade e política externa, processo inerente ao contexto democrático, e que enseja debates sobre o seu caráter de política pública. Tais discussões incidem sobre a questão de ser a política externa uma política de Estado ou de Governo, sendo esta última perspectiva, defendida por aqueles que crêem que ela deva ser naturalmente coerente com o programa de governo dos grupos políticos que ascendem ao poder (SCHUTTE, 2013, p. 211). Essa dimensão da conduta internacional dos governos Lula da Silva e Dilma Roussef foi alvo de contundentes críticas por parte dos setores de oposição, que alegam haver uma ideologização e partidarização da política externa. A centralidade do Itamaraty tem sido alvo de questionamentos, o que está ensejando ações no sentido de criar mecanismos de participação da sociedade civil na condução da política externa brasileira, tornando-a mais democrática (LOPES, 2013).

O Brasil participa ativamente dos fóruns multilaterais, definindo-os como espaços estratégicos para a sua projeção internacional. O multilateralismo é um traço fundamental da nossa tradição diplomática e como observa CERVO, “foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade.” (2002, p. 10). As lideranças diplomáticas brasileiras defendem que o fortalecimento das Organizações

Internacionais se apresenta como inerente ao processo de sua reformulação. O Brasil demonstra querer influir na construção de uma nova ordem, tendo obtido êxito em candidaturas para postos de alto nível como os conquistados junto a FAO e a OMC. Como observa Patriota: *“Não há tema hoje em dia de relevância para o futuro da ordem internacional, debatido em instâncias multilaterais (comercial, paz e segurança, ambiente, ou outros), em que as impressões digitais do Brasil não sejam perceptíveis”* (PATRIOTA, 2013).

A partir da gestão de Lula da Silva, as relações Sul-Sul foram entendidas como essenciais para enfrentar as adversidades sistêmicas e para ampliar as possibilidades de cooperação e parcerias. Convém lembrar que a prioridade a um eixo-global de política externa não caracterizou o abandono das relações hemisféricas-bilaterais, tendo o governo Lula, como sustenta PECEQUILO, optado por eixos combinados de cooperação (2008).

Na ONU, a tese da reconversão econômica, ou seja, a afirmação de que a comunidade internacional deve diminuir os recursos investidos em armas e direcioná-los para o desenvolvimento, foi sustentada pelo Brasil. Tal ideia, presente de maneira contundente na fala de Araújo Castro, se relaciona a um quesito caro à nossa tradição diplomática: o pacifismo. O Brasil empenhou-se, ao longo da sua atuação nas Nações Unidas, em criticar os exageros armamentistas dos países ricos.

Tais discursos voltaram a se tornar enfáticos nos últimos dez anos. Ao abrir os trabalhos da 67^a AGNU, em 2012, Dilma Rousseff alertou para o compromisso de manter o Brasil livre de armas de destruição em massa e afirmou *“O mundo pede, em lugar de armas, alimentos, para o bilhão de homens, mulheres e crianças que padecem do mais cruel castigo que se abate sobre a humanidade; a fome.”* (MRE, 2012). Neste mesmo discurso, a Presidenta reiterou o compromisso brasileiro com o multilateralismo, referência também presente nos discursos de Antonio Patriota. Luis Alberto Figueiredo, nomeado chanceler em agosto de 2013, também reforçou o compromisso de obter maior influência nas Instituições Internacionais (MRE, 2013b)

O resgate da discussão sobre o (des)congelamento do poder mundial

A referência ao “(des) congelamento do poder mundial” foi resgatada na fala da diplomacia brasileira como resultado de uma ação mais propositiva do papel do Brasil nos fóruns multilaterais. Antonio Patriota, enquanto chefiou o Ministério das Relações Exteriores, defendeu a alteração do sistema internacional e a ideia de que já se processa um descongelamento “parcial” da configuração de poder. A parcialidade advém do fato de que o mundo presencia a transferência do poder econômico para as mãos dos emergentes, mas não efetivou a reestruturação institucional das Organizações Internacionais, sendo a propalada reforma do Conselho de Segurança da ONU o exemplo mais emblemático.

A aspiração brasileira a uma cadeira permanente no CSNU permeou o imaginário de parte da diplomacia brasileira, desde o momento em que o Presidente Roosevelt, em 1944, cogitou tal hipótese para o país nas reuniões preparatórias da Carta de S. Francisco. Especialmente a partir da redemocratização, na década de 1980, um lugar permanente no referido conselho constituiu-se em uma das “bandeiras” da política externa brasileira. A reformulação do Conselho de Segurança da ONU é considerada um dos pilares do descongelamento de poder, e o Brasil tem procurado evidenciar suas credenciais para um assento permanente. A constância da presença do Brasil no Conselho, na qualidade de membro rotativo, demonstra as intenções da nossa diplomacia em se fazer presente nas decisões internacionais, sendo Brasil e Japão, os países que mais ocuparam tal posição. (VIEGAS, 2008, p. 21). Nos últimos doze anos, a energia dispensada pela diplomacia para a conquista da vaga foi considerável, sendo a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti – MINUSTAH - entendida por muitos, como uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país pode assumir responsabilidades nesta área.

O que chama a atenção nos discursos mais recentes sobre a projeção internacional do Brasil é a afirmação de que a chamada governança global cairá em descrédito, se as discussões sobre seu futuro ficarem restritas aos países que já detém maior dose de poder de decisão. Neste sentido, a afirmação de Celso Amorim sintetiza

tal problemática: “*Não é sábio nem prático ignorar os anseios de mais de três quartas parte da humanidade*”. (AMORIM, 2007)

Junto à ONU, o Brasil demonstrou querer influir no descongelamento do poder mundial quando defendeu a necessidade de criação de normas internacionais que possam coibir a espionagem cibernética. As ações norte-americanas nessa área foram condenadas pela Presidenta Dilma que reagiu, dentre outras medidas, cancelando a visita aos EUA que estava planejada para outubro de 2013.

O empenho para que a reforma do Conselho de Segurança se efetive não é a única medida entendida pela diplomacia brasileira como capaz de contribuir o descongelamento do poder mundial. Os esforços brasileiros para a institucionalização dos BRICS é outra contribuição valiosa para a reconfiguração das estruturas do sistema internacional. Existe uma multiplicidade de visões acerca da efetiva inserção do Brasil no grupo (FUNAG, 2012). As discussões giram em torno do seguinte questionamento: haverá elementos de coesão a ponto do grupo se transformar num bloco? O fato é que a diplomacia brasileira entende que a adesão ao grupo se constitui em plataforma para que o Brasil coordene e discuta suas posições acerca da governança global.

Um questionamento que se faz presente nas discussões sobre o papel do Brasil num mundo em transformação é sobre as suas reais ambições: o país deseja reformas que possibilitem a sua ascensão ao “clube dos grandes”, ou quer alterações que levem o fim das assimetrias do poder mundial? Essa discussão levanta opções muito distintas, mas que parecem não se excluir. Isso se evidencia nas ações e estratégias brasileiras frente à ONU e aos BRICS. A atuação brasileira numa Organização Internacional e num grupo ainda não institucionalizado objetiva resultados distintos. O país tem uma postura realista quando propõe uma reforma do CSNU e aceita, em certa medida, a manutenção do poder de veto dos cinco países. No que tange à Segurança Internacional, uma reforma com a persistência do poder de veto não significaria, necessariamente, a democratização dessa instituição (LIMA, 1996), e o Brasil estaria consciente disso. No entanto, ao priorizar novas coalizões internacionais, como os BRICS, valorizando-as como estratégicas para uma projeção positiva do país, o Brasil almeja chamar a atenção

para a necessidade de novas configurações que respondam aos anseios dos países economicamente emergentes.

O Brasil, ao participar dos BRICS, objetiva garantir maior proeminência nas decisões internacionais que podem afetar o seu desenvolvimento interno. Em julho de 2014, em reunião do grupo na cidade de Fortaleza, importante passo foi dado rumo a um menor desequilíbrio de poder no sistema financeiro mundial. As pressões para uma reforma no Fundo Monetário Internacional foram vetadas pelo parlamento norte-americano, estimulando os BRICS a avançarem rumo a soluções próprias. Ao proporem a criação de um novo banco de desenvolvimento, os BRICS demonstram combater as estruturas de poder congeladas desde 1945. Talvez tais propostas não tenham capacidade de influir na economia mundial em curto prazo, mas à longo, pode minar o centralismo do FMI.

Considerações finais

Os constrangimentos de ordem externa, na década de 1970, não permitiam ao Brasil pensar em compor grupos que protagonizassem grandes alterações no cenário mundial. A tese de Araújo Castro sobre o congelamento do poder mundial incidia especialmente sobre os problemas de segurança internacional, mas abria questionamentos relacionados aos limites que as normas internacionais impunham ao desenvolvimento dos países então chamados de “terceiro-mundo”.

Nos últimos doze anos, o Brasil percebeu nas novas coalizões internacionais como os BRICS um caminho para alcançar o descongelamento do poder. A ascensão de novas potências econômicas e a perda relativa de poder dos países desenvolvidos deixam evidente que o Brasil vivencia, nos últimos anos, um cenário muito mais favorável e propício para transformar suas críticas em ação, se comparado ao contexto da Guerra Fria vivenciado por Araújo Castro.

A opção brasileira diante dessas transformações não segue por caminhos radicais. Não há a intenção de integrar acriticamente o “clube dos ricos”, tampouco as ações mostram que o país crê na completa superação das assimetrias do poder mundial. O Brasil continua a ver na ONU o principal regulador e responsável pela Segurança

Internacional, ressaltando a importância de sua existência, mas defendendo a necessidade de sua readequação à realidade mundial. Esse parece ser um caminho coerente com o que foi trilhado internamente nos últimos anos: prioridade às reformas.

A teoria desenvolvida por Araújo Castro desperta interesse e continua a servir como parâmetro para a análise da nossa inserção internacional, pois está baseada numa análise realista das condições internacionais de poder. Apesar de diferentes contextos internos, os discursos de Araújo Castro, dos ministros Celso Amorim e Antonio Patriota, e da Presidenta Dilma acerca do (des) congelamento do poder mundial, enfatizam a capacidade propositiva do Brasil, no sentido de contribuir para um sistema multilateral mais justo para com todos os países que o compõe. Em ambos os períodos houve, por parte da diplomacia brasileira, uma crítica contundente às regras que gerem o sistema internacional, sob a alegação de que as mesmas não correspondem às necessidades da maior parte das nações. Há no discurso de Araújo Castro e no das lideranças contemporâneas citadas acima, o reconhecimento de que existem implicações negativas para o desenvolvimento brasileiro na manutenção das mesmas estruturas de poder internacional.

Referências

AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil - um tributo a Rui Barbosa**. Brasília: Ed. FUNAG, 2007.

_____. “Grupo dos sete”, **Jornal Valor Econômico**, Brasília, DF, 27/04/2007. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exterores/165257319162-artigo-do-ministro-das-relacoes-exterores>. Acesso em 22/07/2014.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Edit. UNB, 2010.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, Dezembro 2003, p. 5-25.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Roussef: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, Jun. Jul. 2014.

CORREA, Luis Felipe de Seixas (Org). **O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GARCIA, Eugenio Vargas (Org). **Diplomacia brasileira e política externa. Documentos históricos (1493-2008)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de. Teses equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 39, n. 3, 1996.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (Nova York, 24/09/2013). Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-24-09-2013>. Acesso em 02/03/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 25/09/2012). Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-25-de-setembro-de-2012>. Acesso em 02/03/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 21/09/2011). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/discurso-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-21-de-setembro-de-2011-1>. Acesso em 02/03/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Pronunciamento do Ministro Antonio de Aguiar Patriota em debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. Nova York, 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-protoger-na-onu-2013-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012>. Acesso em 05/06/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores (Palácio Itamaraty, 28 de agosto de 2013). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discurso-do-embaixador-luiz-alberto-figueiredo-machado-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-palacio-itamaraty-28-de-agosto-de-2013>. Acesso em 04/02/2014.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Conferência: Cenários e desafios da Política Externa Brasileira, UFABC, 15/07/2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5eRNiNIXAn8&feature=c4-overview-vl&list=PLvIkpEXPoQtOICx72QXLtyK8kuw86rc9h>. Acesso em 01/09/2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.51, n. 2, 2008, p.36-153.

SCHUTTE, Giorgio Romano. Política externa brasileira como política pública. In: MARCHETTI, Vitor (Org). **Políticas públicas em debate**. SBC; SP: MP Editora, 2013.

VIEGAS, Marcelo. A atuação recente do Conselho de Segurança e o Brasil. In: FUNAG. **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil (1930-2012)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CARDOZO, Sandra Aparecida; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa dos governos Geisel e Lula: similitudes e diferenças. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, vol. 11, n. 11, 2012, p. 33-49.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 29, n.2, julho/dezembro 2007, p. 273-335.

Resumo

O objetivo do artigo é estabelecer conexões entre os discursos das lideranças políticas brasileiras a partir do governo Lula e do diplomata Araújo Castro, no tocante às denúncias sobre a necessidade de promover um descongelamento do poder mundial.

Palavras-chave

Congelamento do poder mundial; Araújo Castro; política externa brasileira.

Abstract

The proposal of this paper is to establish connections between Brazilian political leaders' speeches, since the Lula administration, and the diplomat Araújo Castro in relation to complaints about the need to promote the “thawing” of world power.

Keywords

Freezing of world power; Brazilian Foreign Policy; Araújo Castro

Artigo recebido em 11 de novembro de 2013.

Aprovado em 28 de outubro de 2014.